

BRASÍLIA-DF – 09/05/2018

NCST participa de reunião sobre custeio sindical da OAB-DF



O presidente da Nova Central Sindical de Trabalhadores – **NCST**, José Calixto Ramos, juntamente expressivos dirigentes sindicais da entidade, participou, nesta terça-feira (08/05), de reunião convocada pela Comissão de Direito Sindical e Associativo da OAB-DF com a finalidade de debater o custeio sindical. O tema ganhou relevância para em razão de a reforma trabalhista (Lei 13.467/17) ter extinguido, ilegalmente, matéria tributária que regulamenta a contribuição anual obrigatória. O evento ocorreu na sede da Confederação Nacional dos Trabalhadores do Comércio - **CNTC**, em Brasília.

Calixto avaliou como positivo o debate sobre a ilegalidade de uma norma cuja finalidade é impor rigorosas sanções financeiras às entidades sindicais do país. “Não se pode alterar matéria tributária por meio de lei ordinária. Nossa Constituição é muito clara quando delimita que qualquer alteração do tipo só pode ser ocorrer por meio de uma emenda constitucional. Inviabilizar a sustentabilidade financeira das entidades sindicais tem como objetivo enfraquecer a resistência contra a avalanche de retrocessos trabalhistas e sociais conduzidas por este governo e sua base parlamentar. Essa reforma trabalhista foi encomendada. Ela possui dois viés principais: extinguir definitivamente o contrato de trabalho por prazo indeterminado; e extinguir a estrutura sindical. O governo, em conjunto com a maioria do Congresso Nacional, praticou um ato de crueldade. Ao mesmo tempo em que precariza as relações de trabalho, retira, na prática, a única receita que tínhamos para trabalhar. Os abusos não param por aí. A nova Lei permite que o empresário resolva suas pendências diretamente com o empregado, sem a intermediação de um sindicato. Estão atacando, até mesmo, nossas funções institucionais”, argumentou o líder sindical.

DEBATE

A presidente da Comissão de Direito Sindical da OAB-DF, Denise Pinheiro, abriu a mesa de debates agradecendo o apoio da CNTC na realização do evento e falou sobre a importância da discussão do tema. “Este é um dos fóruns onde devemos compartilhar nossas dúvidas. A Reforma Trabalhista não veio precedida de lastro democrático, por isso é ainda mais fundamental discutirmos seus impactos e caminhos a serem seguidos”, afirmou. O debate contou com a participação, também, do procurador-chefe do Ministério Público do Trabalho no DF e TO, Erlan Peixoto do Prado; do juiz auxiliar da vice-presidência do TST, Rogério Neiva Pinheiro; do

advogado, professor, doutor e pós-doutor em Direito Público, Marthius Sávio Lobato; e foi acompanhado por diversas lideranças sindicais, advogados, e especialistas em legislação tributária.

Integrante da comissão organizadora do evento, a advogada da Confederação dos Servidores Públicos do Brasil – **CSPB** e Secretária-adjunta da **Comissão de Direito Sindical e Associativo da OAB/DF**, Caroline Sena, defendeu que este é um momento que exige do movimento sindical unidade e luta, pois a mesma lei que exaltou o negociado, fazendo-o prevalecer, inclusive, sobre o legislado, fragilizou o custeio. “Eis uma equação complexa, na medida em que a asfixia financeira inviabiliza não apenas a negociação, mas a hoje pela CDSA OAB/DF foi de extrema valia, pois avaliou, juntamente com a magistratura, com o Ministério Público do Trabalho e com a advocacia laboral e patronal os impactos experimentados nos primeiros meses pós-reforma e, ainda, novas teses e perspectivas quanto ao custeio”, informou Caroline.

Para o secretário nacional do Plano dos Servidores Públicos da NCST, Lineu Neves Mazano, os desafios são grandes. “Através da famosa reforma trabalhista, destruíram a representação coletiva da classe trabalhadora através dos sindicatos e quebraram as pernas do sistema sindical brasileiro, fragilizando a forma de arrecadação para o financiamento do sistema. Debater este assunto com todas as áreas envolvidas é de suma importância. Estamos perseguindo o alcance de alguma solução no plano jurídico, mas fica evidente a necessidade de, na sequência, o movimento sindical se reinventar. É inadiável buscar uma alternativa de sobrevivência”, avaliou Mazano. Para o vice-presidente da NCST, Fernando Ferreira Anuniação, o evento foi muito positivo e oportuno. “Este debate deixou claro para nós que o governo pretende acabar com o movimento sindical. As entidades perceberam isso e, agora, buscam em uma saída conjunta. Ficou impossível mantermos defesa e representação dos trabalhadores sem o custeio. As Federações, Confederações e Centrais, estão engessadas. O momento é crítico e precisaremos de muita união e articulação para reverter esse quadro”, alertou.

(Imprensa NCST com fotografia CNTC)

Correio pode fechar agências e deixar mais de 5 mil desempregados



Funcionários dos Correios podem perder seus empregos com a privatização

Os Sindicatos que representam os trabalhadores dos Correios intensificam a luta contra a privatização da estatal, que sofre novo ataque com a ameaça de fechamento de 513 agências e a demissão de 5,3 mil funcionários. A informação foi publicada pelo jornal “O Estado de S. Paulo” no sábado (5). Na segunda (7), os Correios confirmaram em nota que estudos para reduzir o número de

agências estão sendo realizados. A empresa não confirmou o número de unidades que serão fechadas. O presidente do Sindicato de São Paulo (Sintect-SP) e vice-presidente da Federação Interstadual dos Trabalhadores e Trabalhadoras dos Correios (Finfect), Elias Diviza, denuncia que a postura da direção da ECT "é inadmissível". "Não aceitaremos que a empresa seja destruída e entregue de mão beijada à iniciativa privada", afirma.

Para Rita Serrano, coordenadora do Comitê Nacional em Defesa das Empresas Públicas, o método do governo é sucatear a empresa e depois entregá-la ao setor privado. "O governo promove o desmonte da empresa, com a retirada de direitos dos trabalhadores e demissões, precarizando o ambiente e as relações de trabalho e acabando com a qualidade do atendimento à população", aponta. "Precisamos ter claro que o ataque aos Correios faz parte de um conjunto de ações contra o patrimônio público. Praticamente todas as empresas estão passando pelas chamadas 'reestruturações' com o objetivo de preparar o terreno para posterior venda. Além dos PDVs, a Eletrobrás, Casa da Moeda e agora os Correios anunciam demissões de concursados", explica.

A matéria no Estadão diz que, na lista de unidades a serem fechadas, há agências com alto faturamento. Em Minas, das 20 mais rentáveis, 14 deixarão de funcionar. Os clientes serão atendidos por agências franqueadas, que funcionam nas proximidades das que serão fechadas.

Elias Diviza lembra que não é a primeira vez que a empresa ameaça os trabalhadores com o fechamento de agências. O dirigente alerta: "Ela nunca desistiu de colocar isso em prática. Por isso, orientamos Sindicatos a manterem ampla mobilização para irmos à luta a qualquer momento e defender que o serviço de Correios seja público e 100% estatal".

Mobilização - Nesta terça (8), o Comitê Nacional em Defesa das Empresas Públicas realizou ato em Brasília. O evento ocorreu no auditório Nereu Ramos, na Câmara dos Deputados, com presença de parlamentares e lideranças sindicais.

(Agência Sindical)

Trabalhador ficou mais receoso após reforma trabalhista, avalia juíza



por Alana Gandra

Deputados federais da bancada do Rio de Janeiro e juizes do Trabalho se reuniram nesta segunda-feira (07/05), na cidade do Rio de Janeiro, para discutir efeitos na Justiça do Trabalho após a promulgação da reforma trabalhista.

Um dos pontos apontados foi a queda no número de ações trabalhistas depois de a reforma ter entrado em vigor. Segundo a

vice-presidente da Associação dos Magistrados da Justiça do Trabalho da 1ª Região (Amatra1), Adriana Leandro, a redução chegou a 40% este ano. A média anual, antes da reforma trabalhista, ficava entre 1,7 mil e 2 mil processos. Para a magistrada, a queda tem a ver com a divergência de interpretação da lei. Na avaliação da juíza, os advogados estão aguardando a jurisprudência que ainda se formará sobre o tema, para então definir as estratégias processuais e acionar a Justiça do Trabalho. "Houve um decréscimo no agendamento dos processos e, em contrapartida, a gente não percebeu um aumento do emprego", disse.

Receio

Adriana Leandro avalia que a reforma trabalhista foi criada de forma muito rápida e, por isso, muitas dúvidas estão surgindo. Outro aspecto para o decréscimo de processos, para a juíza, é que a reforma tornou mais severa "em termos processuais que provoca receio das pessoas que se sentem lesadas em acessar a Justiça" e citou a questão da gratuidade da Justiça.

A reforma estabeleceu que, caso o trabalhador perca a ação, deve arcar com as custas do processo. Até mesmo pessoas pobres que contarem com acesso à Justiça gratuita também ficaram, pela regra, sujeitas ao pagamento de honorários de perícias se tiver obtido créditos em outros processos capazes de suportar a despesa. "Ele [desempregado] ainda vai ter que arcar os custos, eventualmente, do processo. Isso para a gente é um grande efeito negativo da reforma", afirmou Adriana Leandro. No último sábado (5), durante Congresso Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Conamat), a Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra) **aprovou** entendimento que a Lei 13.467/2017, texto da reforma trabalhista, só deve valer para processos e contratos iniciados após o dia 11 de novembro de 2017, data em que as novas regras entraram em vigor.

Orçamento

Também foi abordado no encontro desta segunda-feira a redução nos recursos orçamentários da Justiça do Trabalho. Segundo o presidente da Amatra 1, Ronaldo Callado, a previsão é que o déficit orçamentário chegará a R\$ 450 milhões em 2019 e a R\$ 1,6 bilhão em 2020, o que repercutirá no funcionamento dos tribunais regionais do trabalho. "Garantir o pleno funcionamento do tribunais, sem mais cortes orçamentários, é imprescindível para garantir uma sociedade mais justa, com relações de trabalho equilibradas e acesso de todos à Justiça", disse o presidente da Amatra1. A vice-presidente da Amatra1, Adriana Leandro, destacou que foram cortes de 30% em termos de custeio e de 90% em investimento. A juíza teme que os cortes possam prejudicar o sistema eletrônico da Justiça do Trabalho em todo o país, que vem sendo aperfeiçoado ano a ano. A manutenção do orçamento permite também a questão indireta de empregabilidade, evitando o corte de trabalhadores terceirizados. Um novo encontro com os parlamentares deverá ser agendado pela Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra). Na reunião de hoje, estiveram presentes os deputados federais Alexandre Molon (PSB), Benedita da Silva (PT), Chico Alencar (PSOL), Glauber Braga (PSOL), Hugo Leal (PSD), Jandira Feghali (PCdoB) e os deputados estaduais Marcelo Freixo e Eliomar Coelho, ambos do PSOL.

(Agência Brasil)

MPT alerta: nem todo acordo é bom para você



Mensagem faz parte de vídeo viral lançado nesta segunda-feira (07/05), juntamente com o site www.reformadaclt.com.br, durante evento que deu início às atividades do Maio Lilás.

Pelo segundo ano consecutivo, o Ministério Público do Trabalho deu início ontem (07/05), às atividades do Maio Lilás, movimento que visa conscientizar a sociedade da importância da promoção da liberdade sindical. Um seminário que abordou os desafios das entidades sindicais no cenário pós-reforma trabalhista, ocorrido na Procuradoria Geral do Trabalho, em Brasília, marcou o lançamento da campanha.

A mesa de abertura contou com o procurador-geral do Trabalho, Ronaldo Fleury, o ministro do Trabalho Helton Yomura, a vice-presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho, Ana Cláudia Bandeira Monteiro, bem como outras autoridades. “Vamos ter que nos reinventar”, convocou Fleury, diante das alterações legislativas que afetaram as entidades sindicais. E acrescentou: “incito todos os presentes a manterem a luta pela preservação dos direitos sociais e, principalmente, pela manutenção do direito sindical coletivo do trabalho, ramo mais atingido na reforma trabalhista”.

Para o coordenador nacional da Promoção da Liberdade Sindical (Conalis) do MPT, João Hilário, “o enfrentamento plural dos problemas que nós temos no universo do mundo do trabalho deve ser feito por meio do necessário diálogo social, envolvendo o Estado, as entidades sindicais patronais e obreiras: essa é a ideia do Maio Lilás, um movimento nascido no MPT que busca parceiros para realizar atividades que promovam a liberdade sindical”, destacou.

Na oportunidade, foi distribuída a revista MPT Em Quadrinhos nº 34, com o título “Sindicatos”, e foi lançado o site www.reformadaclt.com.br, que traz esclarecimentos acerca das mudanças profundas provocadas pela reforma. Também foram exibidos dois vídeos virais que alertam: “Seus direitos têm valor. Nem todo acordo é bom para você”. A página possui ainda um canal interativo, o “Pergunte aqui”. A campanha de mídia contará com spots para rádio.

Além de compor o site, o material será veiculado nas redes sociais, a exemplo do Instagram @mpttrabalho, que também teve sua estreia durante o evento. “É toda uma campanha que se desenvolverá ao longo do ano, com o objetivo de buscar a aplicação da lei conforme interpretação da Constituição, de modo a evitar retrocesso social e para garantir os direitos trabalhistas conquistados ao longo de décadas”, explica a vice-coordenadora nacional de Combate às Fraudes nas Relações de Trabalho, do MPT, Vanessa Patriota. A titular da Conalis do DF, Ana Maria Desiree Tostes, presidiu a mesa-redonda, que teve participação do representante da Conalis do MPT

no Ceará, Francisco Gerson Marques de Lima, do presidente da Central dos Sindicatos Brasileiros, Antônio Fernandes dos Santos Neto, o secretário nacional de assuntos jurídicos da CUT, Valeir Ertle, dentre outras autoridades.

(MPT)

João Domingos é homenageado por federação do Rio Grande do Sul



A Federação Sindical dos Servidores Públicos no Estado do Rio Grande do Sul comemorou 28 anos de fundação no último sábado (05) homenageando pessoas que colaboraram para a construção da entidade. Legítima representante dos servidores públicos e com uma linha de atuação independente e autônoma, a Federação resolveu homenagear com o troféu “Amigo da Fessergs” personalidades importantes nos diversos segmentos sociais do estado e do país por entender que no momento difícil pelo qual a política está passando é importante reconhecer quem sempre atuou em defesa dos direitos dos trabalhadores e dos servidores públicos.

O presidente da Confederação dos Servidores Públicos do Brasil – CSPB, João Domingos Gomes dos Santos, foi uma das personalidades agraciadas. “João é um parceiro de muitas lutas há mais de 25 anos. A Fessergs sempre contou com total apoio da CSPB em nível regional e nacional e juntos enfrentaremos ainda muitas batalhas. Hoje me sinto honrado em ter a presença do João aqui conosco”, ressaltou o presidente da Fessergs e diretor de relações Internacionais da CSPB, Sérgio Arnoud. A cerimônia contou com cerca de duzentas e cinquenta lideranças sindicais e autoridades de todo o estado, além do presidente do Senador Paulo Paim, que fez questão de vir saudar os trabalhadores e servidores do RS. “Estamos conscientes de que atravessamos momentos críticos de nossa história, mas confiamos que temos força capaz de orientar um caminho de superação e que este passa pela valorização dos nossos amigos”, declarou ainda Arnoud.

(Secom/CSPB)